

38º Encontro Anual da ANPOCS

SPG 07 – Fronteiras: Territórios, políticas e interculturalidade
OS MATSÉS E AS FRONTEIRAS: conflitos, territorialização e a construção de uma
identidade transfronteiriça.

Rodrigo Oliveira Braga Reis (UFAM)

OS MATSÉS E AS FRONTEIRAS: conflitos, territorialização e a construção de uma identidade transfronteiriça.

[...] no [rio] Batã tinha uma casa de apoio que foi queimada pelos peruanos que invadiam querendo retirar madeira da área. Nos igarapés Ituxi, Lopes e Soles tem muita fartura de peixe. Os Matsés moravam no Peru e depois vieram para o Brasil, fizeram caminhos para percorrer para outras localidades até chegar no [rio] Jaquirana. Antigamente moravam na cabeceira do [rio] Choba. Nesta região, tem uma árvore sagrada que não podem derrubar, tiram as cascas de Envira para fazer festa com o pajé onde só participam as mulheres. Tiveram um problema no qual morreram muita gente e depois migraram para o [igarapé] Lobo atravessando os rios. Do Lobo fizeram um caminho para chegar ao Pardo e encontraram várias farturas de animais e fizeram casa deles aí, depois fizeram outro caminho para chegar no [local onde hoje é aldeia] 31 onde é mais perto. Tem índios isolados dentro do nosso território e fora dele perto do Soles, na cabeceira do Batã tem outros grupos isolados (Vitor Matsés, durante o I Seminário: Saúde, Gestão Ambiental e Aproveitamento Sustentável do Vale do Javari, Atalaia do Norte-AM, 11 a 14 de junho de 2009).

A narrativa que apresento acima ilustra diferentes situações que interferem na vida dos Matsés, ocasionando deslocamentos, aproximações e conflitos com outras populações indígenas e não-indígenas. A seguir reúno um conjunto de situações que nos aproximam desta realidade e apontam possíveis caminhos para a análise da conformação territorial dos Matsés – um dos grupos classificados no conjunto dos Pano Setentrionais (Erikson, 1993; 1994),

Embora os Matsés também sejam reconhecidos largamente pela denominação Mayoruna, as referências etnográficas acerca do grupo assim denominado (Montagner & Melatti, 1975; Romanoff 1984; Coutinho Jr., 1993; Erikson, 1992; Kivasna, 2009; Matos, 2009; e outros) afirmam que a terminologia Mayoruna não corresponde a um povo, porém, a um conjunto de povos. Erikson (1992), por exemplo, utiliza este termo para designar um dos sete “*subconjuntos principais no seio do bloco pano*” (p.240), o qual compreenderia, além dos Matsés: “*os Matis, os Korubo, os Kulina-Pano, os Maya e vários outros grupos, todos falantes de dialetos mutuamente inteligíveis*” (p.242)

Os trabalhos de Erikson (1992; 1993; 1994) fazem referência a um conjunto de grupos locais distribuídos em ambos lados da fronteira peruano-brasileira e tradicionalmente agrupados através do nome genérico de “Mayoruna” (Santos & Barclay, 1994). O “*macro-conjunto pano*” é representado como uma *nebulosa compacta*, pois, apesar de sua extrema atomização interna os grupos humanos que o conformam apresentam uma notável unidade linguística, territorial e cultural (Erikson, 1993, p.45). “Mayoruna”, enquanto um dos conjuntos locais do “*macro-conjunto pano*”, é composto

por “*grupos locais*” subdivididos por sua vez em “*assentamentos locais*”, estes últimos corresponderiam às antigas malocas ou às atuais aldeias/comunidades. Deste modo, no contexto do macro-conjunto pano os grupos locais seriam os portadores de uma identidade diferenciada e os que corresponderiam a um grupo/unidade étnica (Santos & Barclay, 1994, p.XXII).

Tendo sua origem provável na língua quechua (onde, *mayu* = rio; *runa* = gente), o termo foi empregado a partir do século XVII por colonizadores, missionários e viajantes para se referir a grupos que habitavam a região do baixo Ucayali, alto Solimões e Javari (Romanoff, 1984; Erikson, 1992; Coutinho Jr., 1993; Matos, 2008, 2009). Coutinho Jr. (1993, p.7), afirma que com o tempo seu uso foi se tornando mais restrito, até ser incorporado especificamente para dois grupos, que continuam sendo chamados “*Mayoruna' pela literatura etnológica, linguístico-missionária e indigenista*”. Os dois grupos ao qual este autor se refere são: os chamados “Mayoruna do Marajaí”, habitantes do médio rio Solimões, próximo à cidade de Tefé (AM); e os denominados “Mayoruna”, que se autodenominam Matsés (Romanoff 1984; Coutinho Jr., 1993) e habitam a região de fronteira entre o Brasil e o Peru. Considerando a autodenominação e o recorte geográfico da pesquisa realizada, utilizarei o termo Matsés, sem, contudo, desconsiderar dados e pesquisas históricas sobre os chamados Mayoruna, entendendo que estas informações propiciam um panorama mais amplo dos processos que levaram a atual organização e distribuição territorial dos Matsés.

Devemos ter em mente que para determinar a área em que vivem os Matsés deve-se considerar um contínuo processo de territorialização através do estabelecimento de comunidades, das roças utilizadas cotidianamente e antigas que podem ser reocupadas, das expedições de caça e pesca, do deslocamento de famílias para cidades brasileiras e peruanas, como Angamos (Peru), Palmeiras do Javari, Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga (Brasil). Portanto, uma intensa mobilidade de famílias entre as aldeias e as cidades, cujos dados populacionais se mostram mais profícuos se forem compreendidos enquanto dados que se referem a configurações sociais que se delinearam em determinadas situações históricas.

1 DAS REDUÇÕES MISSIONÁRIAS AO PERÍODO DA BORRACHA

Dos trabalhos consultados, a dissertação de mestrado de Coutinho Jr., *Branços e Barbudos da Amazônia: Os Mayoruna na História* (1993), nos oferece uma interessante

análise das representações sobre os Mayoruna e de como estas representações, principalmente a de que estes eram Brancos e Barbudos, influenciaram as relações históricas que com eles estabeleceram membros de nossas sociedades coloniais e nacionais. De acordo com o autor, os primeiros índios historicamente chamados Mayoruna

foram alcançados em meados do século XVII no rio Huallaga [...]. Conhecidos, então, igualmente como “Barbudos”, eles seriam concentrados numa redução jesuítica chamada *San Ignacio de Barbudos*¹, e a eles seria aplicado um *topos* cujo significado deve ser buscado na primeira época da conquista. (Ibid., p.8)

De acordo com Coutinho Jr. (1993), parece ter sido uma prática comum nominar os povos indígenas a partir de particularidades físicas. A exemplo disto, ele recupera dados que apontam outros grupos que também foram denominados a partir de aspectos físicos. Um grupo situado ao norte destes Barbudos do rio Huallaga, recebeu o nome de *Encabellados*, “*por deixarem crescer os cabelos até os joelhos*” (Jobim, 1957, p.27 apud Coutinho Jr., 1993, pp.83-84). Outros haviam sido considerados “*blanquicimos como españoles*” (Caillavet & Minchom, 1992, apud Coutinho Jr., 1993, pp.83-84).

Em sua análise, Coutinho Jr., (1993) descarta algumas explicações sobre a origem destas características físicas - como as que as atribuem a uma possível descendência de soldados perdidos de alguma expedição espanhola - e indica que o significado para tais qualificações derivam de representações ocidentais sobre os povos indígenas. Neste sentido, a barba “*emerge como um signo de coragem e valor, que está presente nos textos espanhóis que relatam o contato com os Mayoruna do Huallaga, e que podemos depreender de um certo número de declarações sobre o caráter moral destes índios*” (p.87), enquanto que a cor clara remeteria à civilidade.

No texto do *Projeto de Estudo para a eleição de Áreas Indígenas na Bacia do Rio Javari-AM* (1980), a antropóloga Delvair Montagner descreve o seguinte panorama da distribuição dos povos indígenas na região no final do século XVII:

¹Sobre esta redução, Calixto Méndez (1985) afirma que ela foi criada em 1554 por “Un cacique cocama y un misionero jesuita” na margem esquerda do rio Huallaga. Segundo este autor, sua população, inicialmente estimada em 1000 habitantes, era eminentemente Mayoruna. Mais de um século depois de fundada, em 1686, foi realizado um censo “sobre todos los habitantes bautizados em 'San Ignacio de los Barbudos’” no qual se estimou uma população de 4700 habitantes (pp.3-4). Tanto Calixto Méndez (1985), quanto Coutinho Jr. (1993), tomam como referência o contato entre os “Barbudos do Huallaga” e a armada do Corregedor de Cajamarca, D. Martin de La Riva Herrera.

Em 1691, os Mayoruna habitavam ao longo da margem direita do Rio Amazonas, em território peruano, desde a foz do Rio Napo até a do Javari; nesta faixa havia intrusão de Marubo. Os Mayoruna também apareciam ao longo dos cursos médios do Javari e do Curuçá e nos superiores do Itacoái e do rio Jandiatuba, assim como entre o alto Javari e o rio Ucayali. Os Marúbo [sic] estavam localizados no alto Javari e acima deles, os Katukina. Nas cabeceiras do Javari e do rio Ipixuna estavam os Remo. Os Waraikú estavam habitando o médio Javari e Itacoái, o baixo Curuçá e o Ituí, o alto Jandiatuba e o médio rio Jutai” (Projeto de Estudo para a eleição de Áreas Indígenas na Bacia do Rio Javari-AM, fl.04).

Montagner (1980) – e, anteriormente, Montagner & Melatti (1975) – tomam como base para a elaboração deste panorama da distribuição dos povos indígenas o Mapa Etno-histórico elaborado por Curt Nimuendajú em 1944. Neste mapa, Nimuendajú apresenta diferentes referências aos locais ocupados pelos povos indígenas, indicando a data e a fonte consultada que cita o grupo como ocupante de determinado local. No entanto, “*no que tange aos grupos que ocupavam e ocupam as terras correspondentes ao atual Município de Atalaia do Norte, Nimuendajú não nos indica nenhuma data, o que é um reflexo da pobreza das informações de que se dispõe sobre tais grupos*” (Montagner e Melatti, 1975, p.10). Há no mapa várias referências, também sem data, de locais ocupados pelos Mayoruna, no entanto com o conhecimento mais detalhado sobre a região pode-se concluir que não correspondam a um único povo, mas a um conjunto de povos, “*talvez de aparência externa semelhante*” (Ibid., p.10) que assim foram chamados por viajantes, missionários, dentre outros.

A partir de registros históricos sobre a relação entre os Mayoruna e a sociedade colonial, principalmente aos que se referem a ação missionária, Coutinho Jr. (1993) também faz referência a formação do bairro *San Fernando de los Mayorunas* na redução *San Joaquim de Omaguas* e a composição de uma outra redução conhecida como *Nuestra Señora del Carmen de Mayorunas*. A formação destas reduções, ocorridas no século XVIII, teriam deslocados outros grupos identificados também como Mayoruna do interior da região entre o baixo rio Ucayali e o rio Javari para as margens do alto Amazonas².

²Coutinho Jr. (1993), apresenta alguns aspectos e opiniões que divergem a respeito da relação entre os Mayoruna do Huallaga, localizados no século XVII, e os encontrados nos rios Ucayali e Amazonas, no século XVIII. No entanto, no final do capítulo segundo de sua dissertação ele afirma: “Sabemos apenas que havia semelhanças linguísticas entre um grupo e outro, já que alguns pano-falantes (Mayoruna?) do Ucayali foram usados pelos jesuítas na atração aos Barbudos do Huallaga, e os próprios missionários

O século XVIII foi marcado pela disputa fronteiriça entre portugueses e espanhóis, principalmente a partir da viagem do Padre Fritz até Belém:

A partir da viagem do Padre Fritz até Belém, abriu-se a questão do domínio do Solimões, na qual o governo português mostrou mais interesse em expandir suas fronteiras, do que o governo espanhol em ajudar seus missionários a defender suas pretensões. Assim os portugueses conquistaram definitivamente o Solimões entre 1709 e 1710 (Reis: 1960, 264; Leite:1938-49, T.III, 408-417). (CEDI, 1981, p.13)³

Neste contexto, os portugueses empreenderam ataques às reduções jesuíticas - expulsando os missionários espanhóis e aprisionando índios Omágua – e fizeram “*avançar a fronteira entre as duas colônias até a boca do rio Javari, onde até hoje se conserva*” (Coutinho Jr., 1993, p.105). Predominou neste período a ocupação e o controle das áreas dos grandes rios próximos à bacia do rio Javari – no caso o Ucayali e o Marañón, no Peru, e o Solimões, em território brasileiro – ocasionando o encontro dos colonizadores “*com um grupo indígena que hoje vive no interior da região: os Mayorúna [sic]*” (CEDI, 1981, p.15). Ainda como forma de estabelecimento do controle português sobre a fronteira, foi fundada uma missão jesuíta no rio Javari, no ano de 1752, com o nome de São Francisco Xavier do Javari. Em 1758 tal redução estava em decadência e de seus remanescentes surgiu Tabatinga, na margem esquerda do Solimões. E, em 1769, por ordem do governo espanhol, ocorreu a expulsão dos jesuítas das missões amazônicas (CEDI, 1981, p.13; Calixto Mendéz, 1985, p.6).

Quanto à localização dos Mayoruna neste período, de forma breve cito os seguintes registros: o estabelecimento na redução San Joaquín de los Omaguas, por volta de 1723; o contato de algumas famílias Mayoruna que viviam no rio Napo com um missionário de San Joaquín de los Omaguas, em 1734; o deslocamento de uma parcialidade Mayoruna da boca do rio Tahuayo, afluente da margem direita do rio Amazonas, para as margens do rio Manatí, outro afluente da direita do rio Amazonas, em 1737; em 1754, os Mayorúna criam um bairro próprio em San Joaquín de los Omaguas, denominado San Fernando de los Mayorúnas; em 1762, haviam Mayoruna na missão de Nueva Señora del Carmen; e, em 1766, o Pe. Uriarte leva alguns Mayoruna do rio

pareciam muitas vezes identificá-los. Fossem ou não pertencentes aos mesmo conjunto etnológico, assim foram considerados, de uma forma ou outra, pela historiografia, que transferiu para estes outros Mayoruna o topos “brancos e barbudos” inicialmente aplicado aos Mayoruna do Huallaga.” (Ibid., p. 97).

³Cf. Paul Marcoy (2001), que na sua narrativa de viagem pelo rio Amazonas faz várias referências a marcos fronteiriços e deslocamentos provocados pelas disputas entre portugueses e espanhóis,

Tapiche para San Joaquín de los Omaguas (CEDI, 1981 p.15; Calixto Mendéz, 1985, pp. 3-6).

O período seguinte à expulsão dos jesuítas se caracterizou pela procura de produtos naturais como o cacau, a salsaparrilha, óleo de copaíba, baunilha, castanhas, tartarugas e vários tipos de gomas e resinas. Denominado como “*período da coleta e pesca comerciais*” (CEDI, 1981), os acontecimentos que se seguem marcam, no entendimento de Coutinho Jr. (1993, p.152), o início de uma nova “situação histórica”⁴, definida pela

penetração em rios nunca antes explorados, e trazendo consigo novos *agentes de contato*, [...]. Esses novos personagens, os regatões e os extratores de 'drogas do sertão', passariam a dominar as relações entre as sociedades coloniais ou nacionais e aquela população indígena que, não estando completamente arredia, possuía algum tipo de contato amistoso com a sociedade majoritária. (grifo do autor)

Tal como observa Coutinho Jr., (1993, p.153), a busca pelos produtos naturais tornou-se o elemento determinante das relações interétnicas em que os povos indígenas desta região serão ao mesmo tempo considerados mão-de-obra necessária e obstáculo para a atividade extrativista. Quanto à atividade de comércio promovida pelos regatões⁵, deve-se levar em consideração o fato de que ela já era praticada no período das missões jesuíticas (Ibid., p.153), no entanto, o que diferenciaria esta nova situação seria o domínio que estes agentes passaram a exercer no contato com os indígenas. As relações decorrentes deste contato nos parece extrapolar o campo das relações econômicas e cumprir uma função intersubjetiva mediada pelo consumo de determinados bens correntemente associados às condições de alteridade⁶. Atualmente tais atividades comerciais ainda são praticadas na região estudada, as quais os indígenas parecem

⁴Em sua dissertação, Coutinho Jr. (1993) utiliza a noção de situação histórica desenvolvida por Oliveira Filho (1988), definida da seguinte forma: “A noção de situação histórica poderia ser definida pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contato de produzir através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais aí existentes, baseado em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos” (Oliveira Filho, 1988, p.59).

⁵Comerciante que desenvolve seus negócios nas margens dos rios amazônicos, muitos são conhecidos pela prática de ações irregulares desenvolvidas junto a indígenas e ribeirinhos. A atuação dos regatões marca também o maior conhecimento dos cursos dos rios amazônicos, antes mesmo da realização de expedições oficiais.

⁶ Embora não tenha a pretensão de desenvolver uma análise de tal tema nesta comunicação, convém observar as considerações de Arisi (2011) sobre a Economia Matis, de César Gordon – em *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre* (2006) – e os trabalhos reunidos em Albert & Ramos (2002).

recorrer no intuito de satisfazer as novas necessidades e demandas (bens de consumo, meios de transporte, ferramentas de trabalho etc.)⁷.

Apesar do rio Javari ser rico em produtos naturais, os exploradores que subiam o Solimões em expedições pelos rios Japurá, Juruá e Jutaí, o evitavam devido as enfermidades e os ataques dos índios. Relatos como os de Spix & Martius (1976), referindo-se aos Mayoruna, retratam a gravidade destes ataques e atribuem aos Mayoruna a prática antropofágica (Jobim, 1943; CEDI, 1981; Calixto Mendéz, 1985). Além destas expedições, propiciam o conhecimento sobre o curso do Javari as navegações de comissários encarregados pela demarcação dos limites entre Brasil e Peru (Jobim, 1943; CEDI, 1981).

Em meados do século XIX, o naturalista Henry W. Bates fez referência aos Mayoruna (ele utilizou a denominação Mangeronas) e reafirma a ocorrência de ataques empreendidos contra os que navegavam no Javari e o suposto canibalismo praticado por este grupo ao narrar um ataque destes a dois jovens que haveria resultado na intervenção do delegado de São Paulo de Olivença e da Guarda Nacional brasileira (Bates, 1944; CEDI, 1981; Calixto Mendéz, 1985). Este episódio e outros relatos descritos nas obras consultadas indicam que, apesar da hostilidade, os índios da região já mantinham um certo nível de contato com a sociedade envolvente neste período. Deste modo, os anos de meados do século XIX podem ser identificados como marco inicial do povoamento não-indígena (por brasileiros e peruanos) da Bacia do Javari (Montagner, 1980; CEDI, 1981; Calixto Mendéz, 1985; Cavuscens & Neves, 1986).

O povoamento [não-indígena] da Bacia do Javari, no lado brasileiro, iniciou-se nos meados do século XIX, motivado pela procura da seringa e do caucho. Foi efetuado por brasileiros e peruanos. **Antes de 1850** há notícias da existência de uma cabana na foz do rio Javari com o rio Itacoaí. **Em 1873**, havia um casario no Javari acima da confluência com o Itacoaí. Ocorre migrações em **1874** para o Javari com o objetivo de explorar as seringueiras. Em **1899** o Rio Javari estava bem povoado até a confluência com o Rio Itacoaí; na época das cheias os vapores subiam até o Curuçá; daí para cima o Rio Javari era navegado por lanchas até a confluência com o Galvez (afluente da margem peruana, habitado por Mayoruna).” (Projeto de Estudo para a eleição de Áreas Indígenas na Bacia do Rio Javari-AM, fl.03, grifo nosso)

Este contexto foi marcado, em um panorama mais amplo, por cinco acontecimentos: a criação da Província do Amazonas em 1850; a *Convenção especial de*

⁷ A este respeito, cf. Reis (2013) acerca de situações observadas durante a estada na aldeia Lobo.

commercio e navegação fluvial, extradição e limites, estabelecida entre Brasil e Peru em 1851; a introdução da navegação a vapor; a exploração intensiva da borracha e a chegada dos emigrantes nordestinos (Reis, 1971; Coutinho Jr., 1993).

A belicosidade dos Mayoruna históricos é destacada em diversos trabalhos, a exemplo, Aparício & Bodmer (2009, p.202) registram os seguintes conflitos ocorridos no século XIX:

Durante el siglo XIX, [os Mayoruna] se mantuvieron en relativo aislamiento, sufriendo repetidos ataques de los shetebos y constituyendo una amenaza para el tránsito fluvial por el Ucayali y el Yavarí. Entre 1850 y 1880 estuvieron en guerra con los yagua que intentaban expandirse territorialmente, para lo cual se aliaron con los tikuna.

En el siglo XIX, el Padre D'Acuna reportó la presencia de los mayoruna y su expansión a lo largo del valle del Yavarí, destacando su ferocidad que evitó que los portugueses ingresaran en sus territorios por el temor de sus ataques.

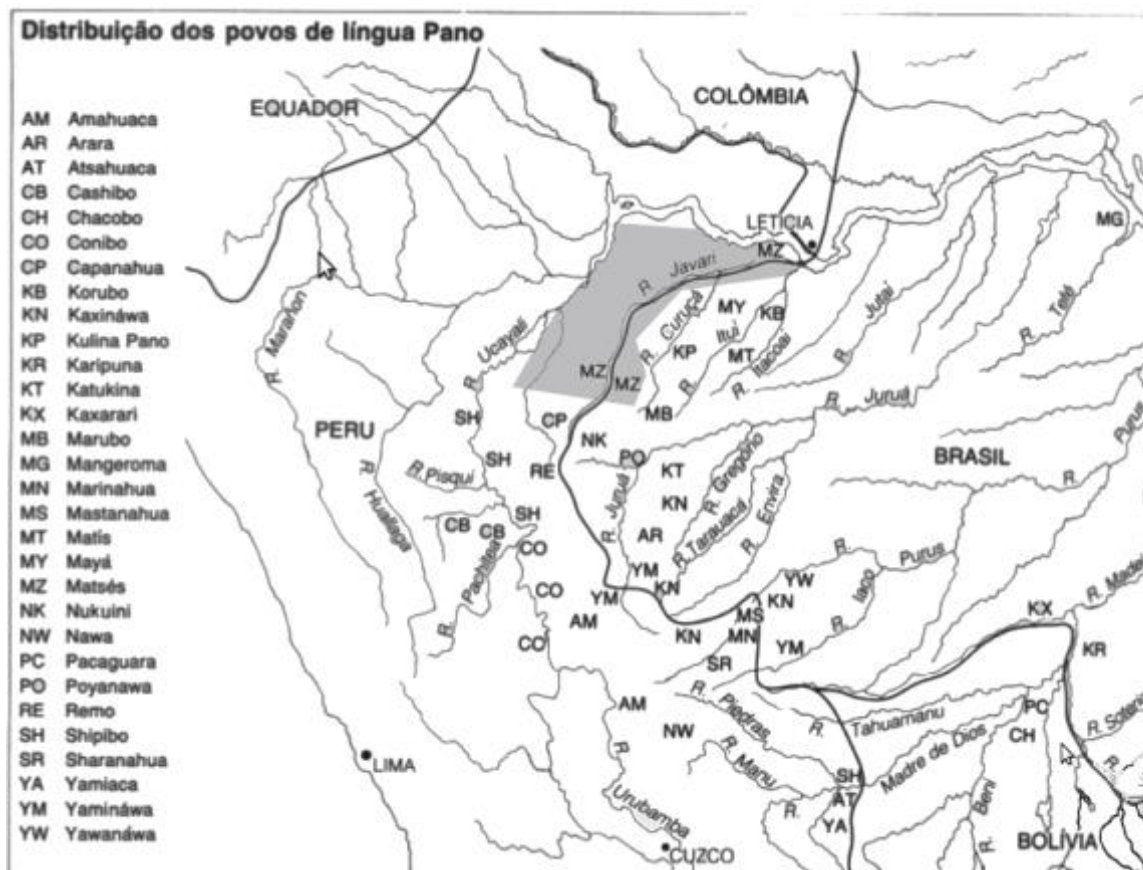
A fines del siglo XIX, durante el "boom" del caucho, los patrones armaron a sus enemigos capanahua, con la finalidad de romper la resistencia mayoruna.

Do mesmo modo, Jobim (1943) e Calixto Mendéz (1985) relatam os ataques cometidos contra as comissões de demarcação de limites, a exemplo: em 1866 os Mayoruna feriram mortalmente o Capitão-Tenente João Soares Pinto e o astrônomo peruano Paz Soldán, este último sobreviveu, porém, teve uma perna amputada. O ataque ocorreu pouco acima da “Boca do Batã”, afluente direito do Alto rio Jaquirana.

Quanto à definição de um “*território Mayoruna*”, Coutinho Jr. (1993, pp.161-192), afirma:

A tendência dominante da historiografia do século XIX foi a de, tomando o rio Amazonas como limite ao norte, situar o território Mayoruna entre o Javari, a leste, e o Ucayali, a oeste. O limite sul deste território possivelmente estivesse próximo a uma linha que unisse a cordilheira de Contamana e o rio Huanache. As terras no centro da região entre os rios Javari e Ucayali são consideradas em praticamente todos os testemunhos daquele século como um território habitado quase exclusivamente pelos chamados Mayoruna.

Ao observarmos o mapa da *Distribuição dos povos de língua Pano* elaborado por Erikson (1992), podemos perceber que as referências da historiografia novecentista sobre o território ocupado pelos Mayoruna abrange a área em que se distribuem as aldeias Matsés contemporâneas. Para uma melhor apreensão desta analogia, reproduzimos a seguir o referido mapa com um destaque sobre a área ocupada pelos Mayoruna/Matsés:



Mapa 4: Distribuição dos povos de língua Pano. Reproduzido (com destaque para área dos Matsés) de Erikson, 1992, p.242.

As três últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX compreendem o período correspondente ao primeiro ciclo da borracha. Dada a importância que a empresa seringalista ocupa para a história da região amazônica e, por entender que esta frente de exploração econômica abre caminhos para outros processos determinantes no século XX, tratarei deste período na próxima seção juntamente com temas como a presença missionária, a exploração madeireira, a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, dentre outros.

2 SERINGUEIROS, MADEIREIROS, MISSIONÁRIOS E AGENTES ESTATAIS: FRENTE DE EXPANSÃO E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX

Para a continuidade da análise dos processos históricos que confluíram para a atual conformação territorial e organização social das aldeias matsés recorro, de modo especial, tanto às contribuições mais recentes de Matos (2008a; 2008b; 2009) e Kovasna

(2009), quanto aos trabalhos de Romanoff (1984), Coutinho Jr. (1993; 1998), Matlock (1998; 2002) e Erikson (1992; 1994; 1996; 2000; e outros). Além dos trabalhos mencionados, recorreremos aos dados presentes em trabalhos de órgãos indigenistas (governamentais ou não), como o CEDI, o CTI e a FUNAI, algumas publicações do SIL e às indicações presentes nos manuscritos de Calixto Mendéz, além dos dados coletados na etapa de campo da pesquisa.

Romanoff (1984, pp.22-23) ao reconstruir os fatos históricos que atingem, direta ou indiretamente, os Matsés no século XX (até a década de 1970, período em que realiza sua pesquisa de campo) estabelece as seguintes divisões: Primeiramente, descreve o que seria uma História Econômica do Alto Javari (1900-1975), dividida em três períodos: “*Rubber Boom*” - abrange as últimas décadas do século XIX e se estende até 1920, o período do auge da exploração da borracha marcado pela chegada de um grande número de “*nacionais*” na região; “*Recession*” - compreende o período aproximado entre as décadas de 1920 e 1950, no qual se instaura uma recessão na empresa seringalista e, conseqüentemente, há um abandono dos “*nacionais da região*”; por fim, entre a década de 1950 e os anos em que realizou sua pesquisa, ele denomina de “*New Integration*” o período marcado pelo retorno dos “*nacionais*”, agora com o envolvimento de agentes da burocracia estatal e de missionários. Uma segunda divisão refere-se aos períodos da história do contato dos Matsés com as sociedades nacionais que ele contrapõe com quatro períodos da história regional: início e meados do boom da borracha/evasão (*avoidance*); fim do boom da borracha e início da recessão/período de contato intermitente; recessão/correrias; e, nova integração/contato não-violento (Ibid., pp.22-23).

No auge do período da borracha os Matsés conseguiram sobreviver através da evasão do rio Javari e, refugiando-se nos interflúvios, evitaram a presença nas principais rotas de exploração e comércio da borracha e os conflitos com os não-índios (CEDI, 1981; Romanoff, 1984; Matos, 2008b). De acordo com Matos (2008b, p.5) e CEDI (1981, p.69), não há menções a malocas ou grupos que poderiam ser Matsés nos documentos elaborados por aqueles que exploraram o Javari nessa época.

Romanoff (1984, p.26ss) parte de relatos dos informantes mais velhos para esboçar uma imagem da vida Matsés na passagem do século XIX para o XX, época em que havia muitas malocas e a população seria maior do que na época de sua pesquisa. As pessoas caçavam com zarabatanas, seus ornamentos eram diferentes, assim como a palha de suas casas e muitos outros aspectos de sua cultura material. Ainda não usavam

ferramentas de aço, mas machados de pedra e dentes de roedores afiados para tarefas que hoje são realizadas com facões, facas e machados de aço. Apesar do referido isolamento em relação à penetração dos seringueiros, muitas malocas parecem ter desaparecido. No entanto, foi justamente evitando o contato, que os Matsés preservaram a sua autonomia e evitaram a escravidão, a extinção completa ou assimilação que se abateu sobre os outros grupos na área (Romanoff, 1984, p.34).

Para Matlock (2002, p.19) tanto a fuga quanto o enfrentamento violento são formas de resistência e servem ao mesmo propósito: preservar modos de vida familiares. De outra forma, para este antropólogo, a evasão também pode ser compreendida como um estilo de acomodação, porém, uma acomodação em que não há o mesmo risco de perda cultural como na resistência pelo enfrentamento.

A partir da década de 1920 – época do fim do ciclo da borracha – houve um aumento no contato entre Matsés e não-índios. No entanto, a maioria dos relatos coletados por Romanoff (1984) mostram que apenas uma parte do grupo Matsés estaria em contato mais permanente, enquanto a outra parte optava pelo isolamento. De qualquer forma, os contatos estabelecidos sempre eram completamente desfeitos depois de algum tempo, mantendo-se, geralmente, somente pelo tempo suficiente para se obter uma pequena quantidade de ferramentas de aço – a adoção de ferramentas de aço e, ocasionalmente, de espingardas é atribuído o desuso das zarabatanas.

Montagner (1980), ratificando o processo de despovoamento por parte dos não índios no Vale do Rio Javari, afirma que por volta de 1921 inicia-se a exploração de madeira nos rios da região. Soma-se o comércio de carne e pele de animais da floresta. Assim, os conflitos que aparecem nos relatos a partir da década de 1920 são marcados de um lado, por uma resistência de caráter mais guerreira dos Matsés e, de outro, pelas expedições punitivas chamadas comumente de “correrias”.

Houve casos de contato violento após os períodos de evasão e contato intermitente, sobretudo, da década de 1930 até o fim da década de 1960, período em que raptos e assaltos eram práticas consideradas comuns do tratamento dispensado pelos Matsés aos *outsiders*. Tais práticas favoreceram o aumento da população e garantiram o acesso às ferramentas necessárias para a agricultura, o que contribuiu para a sobrevivência dos Matsés como uma população autônoma. De acordo com Romanoff

(1984), serviram de motivação para os ataques o desejo de capturar as mulheres⁸, a vingança por invasões de seu território, uma animosidade geral aos nacionais e a crença de que um determinado grupo atacou e matou os Matsés com magia (ibid., 40). Matos (2008a; 2008b; 2009) o classifica como *Período de Guerras* e o descreve da seguinte forma:

Ao longo do século XX, até a década de 60, os Matsés empreenderam ataques a diferentes malocas ou grupos, muitas vezes falantes de línguas Pano. Nestes ataques, a prática era de exterminar os homens e raptar mulheres e crianças, que eram incorporadas às famílias dos guerreiros como esposas e filhos (Matos, 2008a).

Romanoff (1984, p.69) registrou a presença de “cativos” de no mínimo 10 grupos linguísticos, falantes de outras línguas ameríndias, falantes de espanhol e português, totalizando 74 cativos. Há também relatos dos Marubo sobre um ataque empreendido pelos Matsés, após o qual os primeiros teriam revidado, o que provocou o deslocamento dos Marubo do rio Curuçá para o rio Ituí. Este conflito foi relatado aos antropólogos Delvair Montagner e Júlio C. Melatti durante suas pesquisas com os Marubo do rio Ituí e registrado no *Relatório sobre os índios Marubo* (1975) da seguinte forma:

Por volta de 1960, bem antes de sua atração, que é recente, um grupo desses índios, navegando o Curuçá em cochos de paxiúba, encontrou alguns Marubo (do grupo que visitamos) que procuravam ovos de tartaruga. Convidados pelos Marubo a participarem de sua refeição, os Mayoruna de repente matam um dos Marubo e na confusão estabelecida raptam três mulheres, roubam as canoas, a farinha e outros alimentos. Um dos Marubo viu os Mayoruna descerem o Curuçá e enveredarem pelo igarapé Amburus. Os Marubo compraram, então, armas e munições num seringal da boca do Ipixuna, no Juruá, e atacaram os Mayoruna, matando quatorze deles. Com medo de uma revanche, parte dos Marubo passa do Curuçá para o Ituí (Montagner & Melatti, 1975, p. 11).

Delvair Montagner e Júlio C. Melatti também visitaram os índios do igarapé Lobo e afirmam ter encontrado “*duas mulheres civilizadas brasileiras e uma peruana, que tinham sido raptadas*”, sendo que, uma das brasileiras, “*após a pacificação, veio para a casa de seus pais, no Solimões; mas, depois de algum tempo, retornou ao igarapé Lobo, onde tem marido e filhos.*” (Ibid., p.12). Durante a minha estada na aldeia Lobo, conversei com três jovens matsés da comunidade *San Roque* (Peru) que estavam

⁸Registros de depoimentos de mulheres “cativas” entre os Matsés foram registrados por Delvair Montagner no documentário: *Os Matsés eram assim* (1996).

participando dos *jogos*. Um deles afirma ser filho de uma mulher do Município de Atalaia do Norte e que têm tios neste município e também na cidade de Benjamin Constant. Contou-me ter interesse em morar no Brasil devido o maior acesso à universidades – os três jovens afirmaram já ter concluído o Ensino Médio – e que já tentou obter documentos brasileiros, porém, uma liderança Matsés do Brasil não concorda e o teria impedido. Cabe registrar que foi o segundo caso de filho de mulher raptada que tive contato durante a pesquisa de campo, o primeiro foi Tereza, esposa de Sílvio, com quem viajei de Atalaia do Norte para a aldeia Lobo, mas, não tive oportunidade de conversar. Dias (2012, pp.31-32), no período de sua atividade missionária entre 1997 e 2007, também estabeleceu contato com pessoas raptadas e relata:

Mesmo assim, para uma senhora não-índia raptada quando criança, que conheci na Comunidade Porto Cachaua, no rio Choba, que se identificava como Mayoruna, não havia queixa alguma do tratamento recebido deles. Ela agora não fala mais o português, nem demonstrou interesse em buscar seus antigos parentes, dentre os quais um primo que morava em Palmeiras do Javari. Zaqueu, peruano, também foi capturado quando tinha apenas oito anos de idade, em 1960, e criado/adotado na aldeia Lobo. Ele, hoje vivendo em Atalaia por motivo de saúde. Além de falante do Matsés, fala também o português, o espanhol e o Marubo por ter ido morar com estes por um período onde casou-se com uma Marubo. Quando questionado sobre o que ele é ele se declara ser Matsés.

Kovasna (2009) apoiando-se em dados de David Fleck, acrescenta que alguns idosos afirmam que o verdadeiro motivo para ataques a outros grupos ameríndios era juntar-se com eles. No mesmo sentido, Matos (2009, p.5) afirma:

Além de compor as famílias, essas mulheres capturadas trouxeram os conhecimentos dos inimigos que hoje fazem parte do seu modo de vida. Assim como a agricultura foi ensinada pelo mutum, os nomes pelo “povo da água”, os Matsés aprenderam a usar arco e flecha no lugar da zarabatana através de uma mulher raptada do povo mayu, e mais recentemente, o uso da espingarda com uma peruana roubada de um seringueiro.

No entanto, os Matsés atualmente não praticam mais a guerra de captura de mulheres. O motivo pelo qual afirmam terem deixado essa prática é o de que agora vivem com os brancos.

Para Erikson (1993, p.51ss), que trata do caráter belicoso dos povos Pano ao analisar as relações entre guerras e tatuagens (*Guerres intestines et tatouages*), o uso da guerra funciona como um meio de comunicação entre os seus vários componentes.

Assim, a belicosidade serviria para tornar a unidade entre os parceiros preferenciais o mais perto possível, não se tratando de aniquilar o adversário, mas, de assimilar. Mais do que juntar-se aos outros, estas situações parecem estar relacionadas à busca do saber/conhecimento, tal como vem sendo abordado em outros estudos da *Panologia* (Calavia Sáez, 2006) “*o saber – e o ensino, designado pela mesma raiz, tapia – relaciona essencialmente sujeitos*” e “*as histórias de aprendizado, na memória individual ou no acervo de mitos, remetem a um outro ser – humano, animal ou espírito –, como fonte do conhecimento, adquirido ou roubado a muito custo*” (Calavia Sáez, Naveira & Gil, 2003, p.9).

Os trabalhos de Erikson e Townsley (1994) destacam uma certa instabilidade inerente às unidades locais pano – assentamentos e grupos locais – que se expressa “*hacia afuera*” através de um estado de guerra endêmico entre estas unidades locais e, “*hacia adentro*”, por um constante processo de fissão e dispersão social (Santos & Barclay, 1994, p.xxxiii). Entre os conjuntos “*Mayoruna*” e “*Pano do Purus*”, estudados respectivamente por Erikson e Townsley, “*la maldad intrínseca de los grupos locales vecinos se expresaba*” através das acusações de bruxaria, pelas incursões de vingança e o rapto de mulheres e crianças (Ibid.). Tais conflitos entre as unidades locais que constituem os conjuntos panos abordados por estes autores estão no nível de relação com os “*otros exteriores*”, por outro lado, os processos internos de fissão estariam associados à existência de “*otros interiores*”, tidos como “*alguien que conforma el grupo pero que no pertenece del todo a él.*” (Ibid., p.xxxiv).

Se tais relações conflituosas entre as unidades locais e a tendência à fissão interna, podem ser consideradas como aspectos recorrentes nas sociedades pano, por outro lado, os mesmos foram acentuados pela situação de contato e pelos eventos ocorridos durante o boom da borracha e do caucho - correrias, deslocamentos forçados, confinamento em áreas de refúgio, epidemias interpretadas como atos de bruxaria provocados por vizinhos – que, em geral, provocaram a diminuição demográfica e a inviabilidade social de muitos grupos locais (Ibid., p.xxxiv).

Entre os Matsés predominou, conforme demonstrado anteriormente, os deslocamentos e o confinamento em áreas de refúgio, delineando um padrão de ocupação do território e de organização sócio-espacial descrito por Romanoff (1984) como “*fissão-fusão*”. Talvez, ao invés de falarmos em “ocupação” do território – no sentido de permanência e fixação – seja mais apropriado falar em “*território percorrido*” e “*área de*

dispersão e agrupamento das famílias”. No que tange ao “*território percorrido*”, Matos (2008, p.10) afirma que “*ia desde a área limitada no oeste pelo baixo Ucayali e os tributários orientais do rio Tapiche; atravessando a fronteira Brasil-Peru (rio Javari) e alcançando a leste o rio Ituí*”, já a “*área de dispersão e agrupamento das famílias, onde construíam as malocas, era centrada na região do Gálvez (afluente da margem esquerda do alto Javari no Peru) até o Curuçá (afluente da margem direita do Javari, no Brasil)*”.

Romanoff (1984, pp.144-145) divide as razões apresentadas pelos seus “*informants*” para as fissões em três categorias: “*Competing Bonds*”, “*Divise Factors*” e “*Situational (usually pre-1969)*”. Sendo que, a terceira categoria nos oferece mais elementos para a compreensão dos processos que antecedem o período do contato não-violento (pré-1969), pois a mesma abrange as fissões provocadas por mortes, medos dos ataques e pelas divergências a respeito do estabelecimento do contato com os *outsiders*. Além disto, o autor recorre ao estudo da adaptação Matsés à variação sazonal dos recursos naturais para compreender o padrão fissão-fusão de organização sócio-espacial e conclui: “*A capacidade de dividir e reformar grupos sociais serviu bem aos Matsés durante o boom da borracha, e acredito que a origem desta capacidade foi a adaptação à variação sazonal de recursos*” (Ibid., p. 147, tradução nossa).

Ainda segundo Romanoff (1984) os ataques a outros grupos indígenas e a não-indígenas, o rapto e a incorporação de mulheres e crianças, e o assentamento na periferia do seu território garantiram a sobrevivência do grupo no período que compreende o fim do auge da empresa seringalista e o estabelecimento do contato com o SIL a partir de 1969. Neste sentido, a compreensão dos processos até aqui descritos – assim como, dos que trataremos a seguir – considera, assim como Matlock (1998), que ao menos três fatores – o ecológico, o ideológico e o social – se articulam de maneiras diferentes e em situações históricas distintas como elementos explicativos dos processos de mobilidade e assentamento Matsés.

Após o chamado *Período de Guerras* ocorrem processos que levam a uma maior sedentarização entre os grupos matsés, resultante, principalmente, da presença missionária do Summer Institute of Linguistics (SIL) no lado peruano e no Brasil pela ação da FUNAI. Este novo período, o do contato não-violento, marca a fase atual da história Matsés (Kovasna, 2009) caracterizada por mudanças na organização social dos Matsés e nas relações destes com os outros, como o estabelecimento de relações não-belicosas com certos brancos (Matos, 2008a).

O estabelecimento de relações não-violentas com o Summer Institute of Linguistics (SIL) aconteceu em 1969 após uma série de acontecimentos relatados pela própria organização em um boletim informativo disponibilizado virtualmente⁹ e também por Romanoff (1984) que desenvolveu sua pesquisa de campo cinco anos depois desta situação de contato e permaneceu entre os Matsés até 1976. Assim, de acordo com o relato das linguistas, se estabeleceu um contato amigável e as mesmas passaram a

vivir entre los matsés, aprendieron a comunicarse con ellos. Poco después, fueron incorporadas en la estructura de parentesco. Por varios años no trataron enseñarles nada, sino de aprender todo lo que podían de su estilo de vida, incluso las prácticas de adorno personal, la iniciación de los jóvenes a la vida adulta, etc. Se limitaron a observar, sin tratar de introducir cambios, sólo ofrecían ayuda médica y trataban de adaptarse a la cultura. Así se incorporaron poco a poco al sistema de parentesco de los matsés.

Assolados por doenças e com medo de ataques de estrangeiros, o grupo de Matsés que passou a viver em um conjunto de malocas construídas em torno da pista de pouso no igarapé Choba foi atraído, principalmente, pelo atendimento médico, o acesso a bens industrializados - como roupas, panelas, facões e machados - e pela proteção contra os ataques dos nacionais (Romanoff, 1984; Matos, 2008; Kovašna, 2009). Além disso, as principais atividades das missionárias foram a evangelização, a tradução da bíblia, o estudo linguístico e a construção de várias obras, como a pista de pouso e alguns tanques de peixes (Romanoff, 1984, p. 51). Pouco depois do contato estabelecido com o SIL, outro grupo se aproximou de um madeireiro peruano e estabeleceu relações com os peruanos da guarnição de Angamos localizada na confluência do alto rio Javari, ou Jaquirana, e o rio Galvez. Outros contatos também foram estabelecidos, dentre os quais, com um missionário católico, com madeireiros, com as equipes de exploração de petróleo no Brasil e Peru, e com agentes da FUNAI (Romanoff, 1984; Matlock, 1998, 2002; Matos, 2008; Kovašna, 2009). De acordo com Matlock (1998, p.34), o grupo de Matsés que fez contato com o SIL em 1969 era pequeno, no entanto, desde que o mesmo estabilizou-se, outros grupos se dirigiram para o alto Choba, dentre os quais, famílias que habitavam quatro malocas no Brasil¹⁰.

Quanto à atuação da FUNAI, de acordo com Montagner (1985) “em 1969, já oficialmente se toma conhecimento da complexidade da área e se propõe através do

⁹Disponível em: www.sil.org/americas/peru/spa-pop/mcf_enfoque.pdf, acesso em 10.12.2012.

¹⁰ Os deslocamentos para próximo das instalações do SIL são registrados por este antropólogo e representados em um mapa no referido artigo (Matlock, 1998).

sertanista Raimundo Pio de Carvalho Lima a criação de quatro Postos Indígenas na região abarcada pelos Rios Javari, Curuçá, Itacoai e Ituí”, porém os trabalhos da FUNAI só foram se concretizar em 1971 no contexto da construção da Rodovia Perimetral Norte que cortaria o Vale do Javari em diversos pontos habitados por grupos indígenas isolados (Projeto de Estudo para a eleição de Áreas Indígenas na Bacia do Rio Javari-AM, fl.294). Do mesmo modo, Cavuscens & Neves (1986, p.10) afirmam que neste período surgiram as primeiras “*propostas de delimitação para a Área Indígena do Vale do Javari: a primeira que remonta a 1969, consistiria em um parque indígena localizado entre os rios Ituí e Itacoai incluindo apenas a área de ocupação de dois povos*” e em 1972, teria aparecido, pela primeira vez, uma proposta que abrangia o território de todos os povos localizados no Vale do Javari. No entanto, somente em 1980 a proposta de 1972 seria retomada pela FUNAI que realizou um levantamento da área e redefiniu os seus limites, mas não deu nenhum prosseguimento no processo administrativo de delimitação até 1984.

Neste contexto, a presença do SIL e da FUNAI desempenham um papel de destaque para a compreensão dos deslocamentos e das transformações nos padrões de assentamentos dos Matsés. Romanoff (1984) argumenta que o principal processo envolvendo os Matsés neste período foi a formação de assentamentos híbridos de ameríndios e burocratas – seja um grupo religioso ou uma agência do governo –, dos quais decorreram as seguintes mudanças: migrações para estabelecer relações com os não-Matsés, sedentarização e aglomeração demográfica, fim das correrias e dos raptos de mulheres, e uma aquisição de quantidades sem precedentes de objetos manufaturados. Tais mudanças, na opinião de Romanoff, provocaram uma transformação cultural tão profunda entre os Matsés, quanto as ocorridas durante o *boom* da borracha (Ibid., p.5).

Além da Funai e do SIL, os exércitos, brasileiros e peruanos, e também a Petrobras compõem o quadro das relações interétnicas dos Matsés na década de 1970. A Petrobras iniciou em 1970 a “*prospecção de gás natural no Vale do Javari, retalhando com picadas o território ocupado pelos Mayoruna e realizando ali inúmeras detonações para a pesquisa sismográfica*” (Coutinho Jr., 1998, p.34). A utilização de explosivos amedrontou os Matsés fazendo-os procurar contato pacífico com os brancos que trabalhavam a serviço desta empresa em uma base situada junto à pista de pouso denominada Bom Jesus (CEDI, 1981, p.27; Coutinho Jr., 1998, p.34).

O exército brasileiro, dentre outras situações, foi envolvido nos conflitos entre os

Matsés do igarapé Lobo que resultou em mortes de índios no ano de 1978. Durante estes conflitos, algumas famílias que habitavam este igarapé se refugiaram no pelotão de Palmeiras do Javari, sendo depois transportadas pela Funai para o baixo rio Javari, formando a aldeia Lameirão (Coutinho Jr., 1998; Matos, 2009; Matlock, 1998). Em decorrência de um posterior desmembramento da aldeia Lameirão, que foi excluída da área demarcada enquanto TI Vale do Javari, se formaram quatro aldeias Matsés no Brasil: Três José e Flores (no rio Javari), Fruta Pão (rio Curuçá) e Terrinha (rio Pardo).

Matlock (1998, p.34) também atribui a estes conflitos a formação das aldeias San Juan e Santa Sofia no médio Jaquirana (Peru). Os habitantes de Santa Sofia nos anos seguintes se dividiram e seguiram direções distintas, há referências a um grupo que se estabeleceu, em 1979, pouco abaixo do local da antiga pista de pouso Bom Jesus constituindo uma aldeia com o mesmo nome e depois se mudou para as proximidades de Angamos (Peru), formando a aldeia Paujil. Outras famílias de Santa Sofia mudaram-se para o rio Gálvez onde algumas se reuniram na aldeia Nuevo San Juan e outras fundaram a aldeia Nueva Chova (Coutinho Jr., 1998; Matlock, 1998).

Processos de nucleação-dispersão-nucleação são constantes nas informações a respeito da formação das aldeias Matsés. Além dos casos demonstrados acima, Matlock (1998) destaca a história da comunidade Buenas Lomas no Peru que, de acordo com este autor, apesar de aparecer como três aldeias sucessivas – uma comunidade de origem não identificada, Chësëmpi e Buenas Lomas – devem ser tratadas como uma única aldeia que ao longo de 25 anos teria sofrido apenas mudanças de localização e algumas raras e pequenas dissensões. Ainda sobre Buenas Lomas, Matlock (1998, p.35, tradução nossa) afirma: *“Nada de seu tamanho e longevidade era conhecido tradicionalmente, e sua existência deve ser creditada à influência das políticas governamentais peruanas e ao SIL que incentivaram a permanência de assentamento”*.

O caso de Buenas Lomas ilustra algumas modificações nos padrões de assentamento dos Matsés decorrentes da formação dos “assentamentos híbridos” (Romanoff, 1984), como: a tendência a uma maior concentração populacional por aldeia, o estabelecimento de aldeias nos cursos dos rios ao invés dos igarapés – *“pelo menos nas décadas imediatamente anteriores a 1969, não existiam assentamentos no Gálvez, no Yaquerana, ou mesmo nas margens do Choba, mas somente em fluxos afluentes a eles. Tendo aceitado o contato, os Matsés não acharam mais necessário retirar-se para o interior”* (Matlock, 1998, p.35, tradução nossa); e, uma terceira mudança observada, a

substituição das malocas por casas, construídas segundo o modelo regional, separadas por famílias conjugais.

Uma maior sedentarização experimentada pelos Matsés decorre de uma situação de contato mais intensiva marcada por uma maior exposição e influência dos padrões de vida nacionais, incluindo a construção de escolas e hospitais. Por outro lado, o esgotamento de áreas para caçar, as disputas internas, doenças e mortes se apresentam como elementos explicativos dos deslocamentos. Assim, o estabelecimento de aldeias próximas às missionárias ou em locais que facilitem o acesso a órgãos governamentais como a FUNAI, não significou o fim da mobilidade dos Matsés (Matos, 2008b; Reis, 2013).

A exploração madeireira na região emergiu como alternativa à crise do preço da borracha a partir da década de 1920 transformando a economia regional, que passou a ser centralizada na extração e beneficiamento desse recurso florestal (Cavuscens & Neves, 1986; Nascimento, 2006a; 2006b). Esta nova frente econômica, sobretudo no lado brasileiro da fronteira, se caracteriza como uma atividade muito mais predatória que a exploração da borracha. A extração do látex das seringueiras – predominante no Brasil – diferentemente do processo empregado pelos caucheiros do lado peruano, ocorria principalmente ao longo das várzeas. Entretanto, os madeireiros adentravam à floresta em busca das áreas de terra firme através dos pequenos igarapés, atingindo populações indígenas que até então haviam conseguido se manter distante da frente da borracha (CEDI, 1981; Nascimento, 2006b).

De acordo com Matos (2009, p.54), entre as décadas de 1940 e 1960 a expansão da atividade madeireira, o comércio de carne e pele de animais da floresta para abastecer principalmente as cidades da Amazônia peruana, “*coincide com a criação do pelotão de fronteira peruano Angamos (em 1942), e dos pelotões de fronteira brasileiros Estirão do Equador (em 1958) e Palmeiras do Javari (em 1965), nas margens do rio Javari*”.

A presença de madeireiros, pescadores e caçadores – os “invasores” aos quais os indígenas se referem em várias situações – propicia novos conflitos na área habitada pelos Matsés. Conforme relatos e documentos desse período, no Brasil a situação é agravada pela “*participação do exército peruano e brasileiro em correrias punitivas contra os Matsés, acompanhadas por civis que tiveram parentes mortos pelos índios*” (Ibid.). No território peruano, a mais famosa destas ações foi a que culminou com o bombardeio da área ocupada pelos Matsés por aviões da força aérea peruana em 1964

(Nascimento 2006b; Matos, 2009; Dias, 2012).

No Brasil, a exploração madeireira prosseguiu mesmo após a instalação da Funai na região no início dos anos 1970. Em meados da década seguinte esta agência governamental organizou um grupo de estudo “*composto por alguns de seus funcionários, por um antropólogo que há vários anos realiza pesquisas acadêmicas na região e por agentes indigenistas locais*” (Cavuscens & Neves, 1986, p.10) para atualizar as informações sobre a realidade local, tendo em vista a interdição oficial da área indígena. Assim, em 1985 foi realizado o levantamento etnográfico e fundiário do Vale do Javari que fornecia à FUNAI as informações para agilizar o processo de delimitação da área, cabendo-lhe ainda o reconhecimento de algumas áreas para verificar a ocupação de grupos isolados (Ibidem).

Neste mesmo ano, através da portaria do presidente da FUNAI de n.1849/E, de 08 de abril, a área brasileira do Vale do Javari foi reconhecida como a “Terra Indígena Vale do Javari” e interdita pelo governo brasileiro, determinando a imediata retirada das equipes de trabalho da Petrobras, assim como de todos os “*invasores*” que se encontravam na Terra Indígena (Ibidem). Nascimento (2006b) ressalta que apesar desta interdição, o governo brasileiro não adotou nenhuma política de proteção e fiscalização, e as atividades exploratórias continuaram. A exemplo, ele afirma que “*Nesse mesmo ano cerca de 2.500 não-índios ocupavam a área indígena, conformando uma população maior do que a população indígena contatada, estimada em 1.747 indígenas*” (Ibid., p.3).

Apesar da resistência do setor madeireiro, em 2001 a área foi homologada como TI Vale do Javari destinando, assim, a maior parte das terras da margem brasileira do rio Javari ao usufruto restrito dos povos indígenas e estabelecendo um maior controle sobre a exploração dos recursos naturais no início deste século. Situação diferente tem sido enfrentada pelos indígenas que habitam o território peruano, pois, de acordo com Nascimento (2006a; 2006b), nos últimos anos ressurgiram os interesses econômicos pelas riquezas de suas matas através de projetos de concessões florestais.

O acesso legal à bacia do Javari através das concessões do governo peruano favoreceu a extração de madeiras de outras áreas que não as concessionadas, por exemplo, áreas da margem brasileira. “*No lado peruano, ésquenta-se"o mogno e o cedro ilegais provenientes do Brasil e proibidos de serem extraídos por meio do regime de concessões. Do lado brasileiro, próximo a Estirão do Equador, ésquenta-se" a madeira*

procedente do Peru” (Nascimento, 2006a, p.440). O termo “*esquenta-se*” designa a transação pela qual madeireiros peruanos e brasileiros retiram madeira da Terra Indígena Vale do Javari, atravessam para a margem peruana e as misturam com as madeiras retiradas legalmente das áreas de concessão deste país.

A presença de madeireiros e outros “invasores” tem sido um dos assuntos recorrentes nos encontros e seminários realizados pelo movimento indígena do Vale do Javari que reivindica do governo brasileiro uma maior atuação - como podemos observar a partir da demanda pela criação de um Posto de Vigilância no rio Curuçá, pela fiscalização de pistas de pouso clandestinas através do monitoramento aéreo por parte da coordenação regional da Funai e pelo apoio à construção de um posto de vigilância no rio Pardo a ser administrado pelos próprios indígenas (Márquez & Reis, 2011, p.65).

Às invasões madeireiras, acrescentam-se grandes projetos de infra-estrutura, a intensificação do narcotráfico e, mais recentemente, a decisão do governo peruano de abrir concessões para a exploração de petróleo e gás, atingindo as regiões do Javari, do Ucayali e Madre de Dios. A região torna-se, portanto, palco de contradições constitutivas dos processos de desenvolvimento desejados por Estados e grandes corporações versus coletivos locais, indígenas ou camponeses. Como nos lembra os autores de “*Amazonía Peruana en 2021*”, projetos políticos para “*acelerar el desarrollo*” não são novidades na região, a exemplo ressaltam que a “*Amazonía brasileña, que fue sucesivamente sometida al Programa “Brasil en Acción” (1996-1999), al “Avanza Brasil” (2000-2003) y, actualmente, al “Programa de Aceleración del Crecimiento” (PAC)*” (Dourojeanni, M., Barandiarán, A., & Dourojeanni, D., 2009, p.22).

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram as primeiras atividades voltadas à exploração petrolífera no Vale do Javari através da já citada atuação da Petrobras (CEDI, 1981; Calixto Mendéz, 1985; Coutinho Jr., 1998). Nesta mesma década no Peru, as companhias ARCO e SEXPET também realizaram explorações na área habitada pelos Matsés (Calixto Mendéz, 1985, p.13), no entanto, as explorações parecem não terem obtido resultados satisfatórios (CEDI, 1981; Calixto Mendéz, 1985). Entre 1983 e 1985 a Petrobras atuou nos territórios de isolados do Jandiatuba e do Itacoai causando uma série de confrontos que resultaram em mortes de indígenas e de trabalhadores a serviço desta empresa (CEDI, 1984; Reesink, 1996). Cabe ressaltar que a atuação da Petrobras nesta região na década de 1980 não era um fato isolado, mas, situava-se como uma das frentes para “*ampliar as reservas nacionais e a sua extração, num tempo em que a crise de*

petróleo da década anterior ainda estava bem presente e a problemática da balança de pagamentos exteriores também era considerada como prioritária” (Reesink, 1996, p.520).

A respeito da atual concessão de lotes para a exploração petrolífera no Peru, em 2008 decretos legislativos foram ditados excepcionalmente¹¹ pelo presidente Alan Garcia determinando o processo de implementação de um Tratado de Livre Comercio (TLC) entre Peru e Estados Unidos. De acordo com manifestantes contrários à ação governamental, dentre os quais se destaca a AIDSESP¹², este conjunto de leis facilitaria a entrada de investimentos estrangeiros para a exploração dos recursos hidrocarbonetos da selva peruana desrespeitando os direitos territoriais de povos ancestrais da floresta. Ao final deste ano, indígenas matsés encaminharam ofício ao presidente peruano, Alan García Pérez, a respeito da sobreposição dos Lotes Petroleiros 135, 137, 142, 136 e 152 (ver mapa 6) concedidos pelo governo a favor das empresas *Pacific Stratus Energy S.A. e Sucursal Peru, Occidental Oil & Gas Of. Peru Sucursal do Peru*, no território da *Comunidad Nativa Matsés*. Neste documento os indígenas reivindicavam o cancelamento das concessões dos lotes sobrepostos ao seu território. Em abril de 2009 uma série de protestos de indígenas da Amazônia peruana geraram confrontos violentos com a polícia deste país na cidade de Bágua e deram visibilidade internacional à situação¹³.

Apesar dos protestos de organizações indígenas aliadas à organizações não-governamentais, tanto em nível local quanto internacionalmente, dois lotes se sobrepõem a territórios ocupados pelos Matsés e também por povos em situação de isolamento. O primeiro, o Lote 135, está situado em uma área que tem sido reivindicada como reserva para proteger aos índios isolados, enquanto o Lote 137 se sobrepõe ao território da *Comunidad Nativa Matsés*. Estes dois lotes foram concedidos para exploração e

¹¹Argumentando que precisava de poderes especiais para adaptar a legislação peruana ao termos do acordo com os Estados Unidos, em dezembro de 2007 o Congresso aprovou uma lei (n ° 29.157) que concedeu ao Poder Executivo a faculdade de legislar por 180 dias corridos. Como resultado, no primeiro semestre de 2008, o presidente Alan Garcia promulgou 99 decretos legislativos que, em teoria, estavam ligados ao TLC (Stetson, 2012).

¹²A Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP) é composta por seis organizações regionais, 57 federações, representando 1.350 comunidades e, de acordo com seu site, cerca de 350.000 indivíduos indígenas (www.aidesep.org.pe).

¹³Cf. dentre outras fontes: “Matsés pedem que cancelem concessão de lotes sobrepostos a seus territórios” (Disponível em: http://www.adital.com.br/Site/noticia_imp.asp?cod=36607&lang=PT, acesso em 20.12.2008) e “Conflito entre índios e polícia teria matado 47 no Peru” (Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090606_perusabadoebc.shtml, acesso em 07.06.2009).

exploração à empresa *Pacific Rubiales*¹⁴ que, de acordo com boletins do Centro de Trabalho Indigenista¹⁵ e de uma campanha lançada pela *Survival International*¹⁶, já deu início as atividades de prospecção de linhas sísmicas do lote 135.

A *Comunidad Nativa Matsés* é o maior território indígena outorgado oficialmente pelo governo peruano compreendendo uma área de 452.735 ha. De acordo com Chirif & Hierro (2007, p.187), no começo da década de 1970, antes da titulação de seu território enquanto *comunidad nativa*, uma reserva de 340.000 hectares foi reconhecida, a partir de um estudo antropológico, como território tradicional dos Matsés. Em 1993, “*Como resultado del trabajo de CEDIA, todos los asentamientos del pueblo Matses, alrededor de 20, fueron considerados como una sola comunidad*” e foi oficializado como *Comunidad Nativa Matsés*. Em 1997, a população desta *comunidad nativa* e a CEDIA (Centro para el Desarrollo del Indígena Amazónico) apresentaram uma proposta para a criação da *Reserva Comunal Matsés* com uma área de 420.635ha no intuito do reconhecimento legal “*del territorio aprovechado ancestralmente por los Matses para cazar, pescar y recolectar y beneficiará a una población aproximada de 2.200 personas*” (Ibidem). Sendo contínua à já existente e titulada área da *Comunidad Nativa Matsés*, caso seja aprovada a soma das duas áreas representará um território de 873.370 ha para uso exclusivo desse povo¹⁷.

A exploração petrolífera na região tem sido o tema central de um conjunto de eventos binacionais realizados nos últimos quatro anos. A realização destes eventos e as implicações na organização social e política dos Matsés serão tratados a seguir.

3 MADEIRA, PETRÓLEO E A CRIAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS: TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES COM OS *CHOTAC* E COM OS *MATSÉS DO PERU*

A exploração de madeira e petróleo e outras ações econômicas na região estão

¹⁴Na página desta empresa na internet há informações sobre a exploração nos lotes situados no território peruano. Cf. <http://www.pacificrubiales.com/operations/peru/exploration/217-peru-exploration.html> acesso em 15.03.2013

¹⁵O Centro de Trabalho Indigenista tem atuado junto às organizações indígenas da região e produzido uma série de boletins informativos e mapas. Dentre outros boletins, cf. http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia.php?id_noticia=142 acesso em 15.03.2013

¹⁶Campanha disponível no site: <http://www.survival.es/indigenas/matses> acesso em 15.03.2013.

¹⁷A respeito de propostas de criação de outras reservas e áreas protegidas nesta região cf. também Nascimento, 2006a.

ligadas aos chamados projetos de desenvolvimento que podem ser classificados como as atuais *frentes de expansão da fronteira econômica* na região. Entretanto, nesta seção apresentarei alguns dados registrados durante a estadia na aldeia Lobo e de documentos e boletins informativos a respeito das reuniões binacionais realizadas no intuito de construir uma apreensão das transformações nas relações entre os grupos Matsés dos dois países e entre estes e os *chotac*.

Como fio condutor desta reflexão, apresento a seguir um trecho de uma entrevista concedida por Gonçalo¹⁸:

tá... como eu... eu sou casado com Matsés do Peru. Antes... depois de demarcação, nós somos Matsés do Brasil. Era culpado os Peru... do Peru dos Matsés, né? ... Nós somos... Falavam assim... os Matsés não podem entrar no Brasil porque nós somos demarcados, protegidos do Brasil e eles têm também terra. Tem pra casa, tem pra... assim, nós somos daqui. [...] Os caciques, lideranças discutiram entre eles: os Matsés do Peru poderiam passar no Brasil, pescar, caçar. Eu tá vendo hoje. Pra mim esses Matsés do Peru e do Brasil tá tendo... assim... juntos. Como dizer... juntos... melhorar, pra defender. Reunir todos com eles, né? Pra lutar pelo de fora, lutar pela terra, pensar como nossa terra, pra discutir fora com eles. Eu principalmente, pra mim... minha família... até eu participei do reunião bi-nacional dos Matsés... hoje acho que não tem como era antes não. Por que nós vivemos, tem sobrinho, irmão... reunir juntos... eu percebi já... reunimos juntos, sentemos com eles, até agora não tem como discutir...

Um primeiro aspecto a ser destacado é o estabelecimento de dois períodos na relação entre os “*Matsés do Brasil*” e os “*Matsés do Peru*”: um antes e um depois da demarcação da TI Vale do Javari. Conforme demonstrado anteriormente, a TI Vale do Javari foi homologada no ano de 2001, enquanto que, do outro lado da fronteira, a *Comunidad Nativa Matsés* foi criada em 1993. Através da afirmação “*depois de demarcação, nós somos Matsés do Brasil*” Gonçalo aponta para o estabelecimento de uma identificação nacional provocada por um processo de territorialização, isto é, a demarcação e homologação da TI Vale do Javari. É através deste processo que se estabelece a diferenciação entre os Matsés do Brasil e do Peru, formando dois coletivos de aldeias separados em dois territórios indígenas outorgados pelos respectivos estados nacionais.

A partir das conversas e convivência com outros Matsés, pude perceber que esta divisão foi acionada no período de demarcação e homologação da TIVJ, quando os Matsés que viviam no Brasil acusavam os Matsés que habitavam o território peruano de

¹⁸ Professor Matsés da Aldeia Lobo.

envolvimento com madeireiros e outros “invasores”. Tal diferenciação também foi acionada por algumas lideranças no caso recente de reconhecimento e expedição de documentos civis brasileiros aos Matsés que formaram a aldeia José Meireles, ou, de modo contrário, sendo colocada em segundo plano por outras lideranças como o cacique Antônio da aldeia Soles ao afirmar que atende, no posto de saúde instalado em sua aldeia, aos Matsés que venham de aldeias peruanas por considerar que todos são *parentes*.

No entanto, um segundo aspecto de sua fala merece ser analisado com maior detalhe. De acordo com Gonçalo, “*hoje acho que não tem como era antes não. Por que nós vivemos, tem sobrinho, irmão... reunir juntos... eu percebi já... reunimos juntos, sentemos com eles, até agora não tem como discutir...*”. Trata-se, portanto, de um novo contexto em que a distinção entre *Matsés brasileiros/Matsés peruanos* – não obstante ainda seja acionada em algumas situações – é subvalorizada em função da construção de uma unidade política binacional, ou transfronteiriça, que vem sendo gestada nos eventos binacionais, pois, como afirmou Gonçalo, “*até eu participei do reunião binacional dos Matsés*”. Neste conjunto de eventos, além das reuniões, deve ser incluído os *I Jogos Bi-Nacionais dos Matsés*, pois, conforme afirmação de Gaúcho¹⁹ em uma entrevista concedida em Atalaia do Norte, a realização dos *jogos* tinha como objetivo o fortalecimento da unidade entre os Matsés dos dois países.

Acompanhei algumas conversas e reuniões que corroboram para a compreensão deste processo durante o período em que estive na aldeia Lobo. Em uma destas conversas, ocorrida no dia 08 de junho de 2012 depois das atividades na escola, acompanhei Gonçalo em uma comunicação pelo rádio com Vitor Mayoruna que estava em Atalaia do Norte. Nesta ocasião, Vitor informou a Gonçalo que houve uma reunião na Frente de Proteção Etno-ambiental do Vale do Javari sobre fiscalização do território e povos isolados que contou com a participação de Matsés do Brasil e do Peru, e que estava sendo organizada uma reunião a ser realizada em Lima (Peru), ainda sem data marcada, para discutir a exploração madeireira e petrolífera nas terras indígenas.

De acordo com Vitor, esta reunião contará com a presença de representantes do governo peruano e estavam articulando a ida de Matsés do Brasil também. Vitor ainda enfatizou que o governo brasileiro não está muito preocupado com a questão, mas que os indígenas estão se mobilizando. Depois desta conversa no rádio, Gonçalo me contou que

¹⁹ Liderança indígena Matsés e presidente da AMAJA em 2012.

já participou de duas reuniões no Peru sobre a questão do petróleo e que o cacique Mocaci também havia participado. Comentando a respeito da III Reunião Binacional que ocorreu na aldeia Soles em 2011, Gonçalo afirmou que atualmente há uma união acima da divisão entre países e que eles entendem que a exploração de petróleo no Peru também afetará os Matsés que vivem no Brasil.

Em uma reunião ocorrida no dia 12 de junho de 2012, o cacique Mocaci tratou de alguns assuntos referentes à fronteira Brasil-Peru e reafirmou a unidade dos Matsés:

Antes da demarcação [da TIVJ] havia muitos invasores. Depois da demarcação teve conflito com madeireiros. Teve madeireiro peruano que roubou nossas terras, que tiravam madeira no Brasil! Agora, com o petróleo, eu também estou preocupado. Não vai ser só no Peru não. Se poluir lá, vai poluir aqui. Vamos reunir Brasil e Peru para lutar pela nossa terra! O rio é internacional, não vamos deixar entrar. Somos parentes e vamos nos unir para lutar. Antes teve discussão com os Matsés do Peru porque eles traziam os madeireiros para o Brasil. Agora não! Fomos em reunião no Puerto Alegre e vamos lutar juntos! Aqui no Jaquirana tem muitos lagos, no Peru não tem muitos. Então, não era madeira que eles queriam, eles queriam os peixes, os tracajás, tirar copaíba... Agora estou preocupado de acontecer a mesma coisa. Vamos nos unir! Eu sei que é um rio só, que se poluir vai afetar todo mundo. Aqui pelo rio não vão entrar! Se não escutarem, vai ter guerra!

Ao todo foram realizadas quatro reuniões binacionais, sendo que a primeira ocorreu no ano de 2009 e a quarta foi realizada no período de 09 a 11 de março de 2013 na aldeia Lobo. Cabe registrar que estas reuniões têm início justamente após as medidas do ex-presidente do Peru, Alan Garcia, em favor da exploração petrolífera neste país. Deste modo, os temas que têm mobilizado lideranças Matsés com apoio de organizações indigenistas como o CTI, além do petróleo, se referem ao controle territorial, à saúde, ao manejo sustentável dos recursos naturais e à situação de “povos isolados”.

De acordo com matéria veiculada no Jornal *A Crítica* de 17.03.2013²⁰, mais de 100 lideranças Matsés estiveram presentes na IV Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru e “repudiaram as atividades da empresa petrolífera canadense *Pacific Stratus Energy S.A.*”. Conforme afirmado anteriormente, a preocupação atual recai principalmente na área do Lote 135, que é ocupada por índios isolados e onde os Matsés peruanos reivindicam há vários anos que o local seja reconhecido como terra ancestral deles com o nome de Reserva Indígena Yavari, Tapiche, Yaquerana, Chobayacu e Afluentes.

²⁰Matéria disponível no portal do Jornal *A Crítica*: *Atividade petrolífera no Peru ameaça recursos naturais e índios isolados do Amazonas* (http://acritica.uol.com.br/amazonia/Amazonia-AmazonasManaus_0_883711667.html)

Os documentos produzidos por estas reuniões, as matérias jornalísticas e boletins que circulam na *internet*, e, as entrevistas e conversas que mantive durante a pesquisa de campo corroboram para a compreensão de que atualmente os limites dos estados nacionais não têm se convertido em uma fronteira que divida este povo. Além disto, o enfrentamento de questões atuais, como a concessão para exploração petrolífera, tem fortalecido uma unidade que se converte em ação política para a gestão de uma identidade transfronteiriça que se constitui apesar dos processos de territorialização que “separaram” o grupo.

Cabe observar também que esta unidade se constitui sem a manifestação pelo interesse de unificação territorial, ou seja, cada grupo permanece habitando territórios que são administrados por diferentes governos nacionais e não tem se mencionado a possibilidade de re-demarkação de um território contínuo que unifique as terras do grupo através de um acordo entre os governos do Brasil e do Peru – diferentemente do que afirmam constantemente os militares brasileiros de que Terras Indígenas situadas nas zonas de fronteiras são uma ameaça à soberania nacional e atendem à interesses de internacionalização da Amazônia conduzidos por ONG's internacionais.

REFERÊNCIAS

- APARICIO, P. M. & BODMER, R. **Pueblos indígenas de la amazonía peruana**. 1ra. ed., Iquitos, Peru: Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía peruana (CETA), 2009.
- ARISI, B. **A Dádiva, a Sovinice e a Beleza**. Economia da Cultura Matis, Vale do Javari, Amazônia. Tese de Doutorado. UFSC, 2011
- CALAVIA SÁEZ, **O Nome e o Tempo dos Yaminawa**. São Paulo: Editora da UNESP/ NuTI/ISA. 2006. 479p.
- CALAVIA SÁEZ, O., NAVEIRA, M. C., & GIL, L. P. O Saber é Estranho e Amargo: Sociologia e mitologia do conhecimento entre os Yaminawa. **Campos**, 9–28, 2003.
- CALIXTO MÉNDEZ, L. **Las practicas socio-culturales del uso de la tierra em el grupo etnico Matsés** (manuscrito), 1985.
- _____. **Implicancias de la sedentarización de los Matsés de ribera entre cazadores y agricultores**. Extracta, Lima, CIPA/Cultural Survival Quaterly. no.5, 1986a p.27-32
- _____. **Implicancias de los desplazamientos en la explotación del medio**. Iquitos: IIAP. Julio, 1986b. Manuscrito. 51p.
- _____. **La organización social Matsés y su sistema de valores y creencias**. Iquitos:

IIAP. 1987. Manuscrito. 44p.

CAVUSCENS, S; NEVES, L. J. **Povos Indígenas do Vale do Javari**. Manaus: Campanha Javari. CIMI, OPAN. 1986.

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo, 1981, volume 5 (Javari).

_____. **Povos Indígenas no Brasil/Aconteceu especial, 15**. São Paulo, 1984.

CHIRIF, A., & HIERRO, P. G. **Marcando Territorio**: Progresos y limitaciones de la titulación de territorios indígenas en la Amazonía, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA), Copenhague, 2007.

COUTINHO Jr., W. 1993. **Brancos e Barbudos**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1993.

_____. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari**. Brasília: FUNAI, 1998.

DIAS, Ricardo Lopes. **MATSES NEBI (“Sou Matses/Sou Gente!”)**: Um estudo da identidade Matses como auto-designação étnica e auto-afirmação de sua humanidade na natureza. UFAM, Monografia de Bacharelado, 2012.

DOUROJEANNI, M., BARANDIARÁN, A., & DOUROJEANNI, D. **Amazonía Peruana en 2021**: Explotación de recursos naturales e infraestructuras: ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significan para el futuro?. Pro Naturaleza - Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza, Primera edición, 2009.

ERIKSON, Philippe. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In: Carneiro da Cunha, Manuela. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. Une nébuleuse compacte: le macro-ensemble Pano, **L’Homme** 126-128. 1993. pp. 45-58.

_____. **La Griffé des Aïeux**: marquage du corps et démarquages ethniques chez les Matis d’Amazonie. Paris: Peeters, 1996. 366 pp.

_____. **El Sello de los Antepasados**: Marcado del cuerpo y demarcación étnica entre los matis de la Amazonía. Quito, Ecuador: Abya Yala/IFEA, 1999.

_____. Reflexos de si, ecos de outrem. Efeitos do contato sobre a auto- representação matis. In ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida (org.). **Pacificando o Branco**. São Paulo: ed. Unesp/IRD, 2002.

_____. “Le masque matis” Matière à réflexion, réflexion sur la matière, **L’Homme**, 2002/1 n° 161, p. 149-164.

JOBIM, Anisio. **Panoramas Amazônicos, VI**. Manaus: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Manaus, 1943.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Tradução, introdução e notas de Antônio Porro. 1ª ed. em português. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001.

MÁRQUEZ, Juan Carlos P., REIS, Rodrigo (Coord.). **Memória da Cartografia Social - I Seminário Saúde, Gestão Ambiental e Aproveitamento Sustentável do Vale do Javari**,

Atalaia do Norte. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2011.

MATLOCK, James. Dispersed, nucleated, dispersed: Changing Matses settlement patterns, 1969-1995. In: Picchi, D. (Ed.). *Unsettled Communities: Changing Perspectives on South American Indigenous Settlements*. **South American Indian Studies**, 5, pp.33-45, 1998.

_____. **Registers of Resistance and Accommodation: The Structuration of a Peruvian Amazonian Society**. Ph.D. Dissertation in Anthropology, Southern Illinois University, Carbondale. 2002

MATOS, B. Os Matsés: aspectos históricos e contemporâneos. CTI, 2008a. Manuscrito. Disponível em: http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/MatosBA_Os-Matsés-aspectos-historicos-e-contemporaneos.pdf acesso em maio de 2011.

_____. Os Matsés. 2008b. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/matses> acesso maio de 2011.

_____. **Os Matsés e os Outros** – elementos para a etnografia de um povo indígena do Javari/Beatriz de Almeida Matos – 2009 (Dissertação de Mestrado, MN/UFRJ).

MONTAGNER, Delvair. **Projeto de Estudo para eleição de áreas indígenas na bacia do Rio Javari**, 1980.

MONTAGNER, Delvair & MELATTI, Júlio Cezar. “Relatório sobre os índios Marúbo”. **Série Antropologia**, n. 13, Brasília, Universidade de Brasília, 1975.

NASCIMENTO, Hilton. Madeireiros peruanos detonam o Vale do Javari. In: RICARDO B., RICARDO F., (Eds.) **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006a. pp. 440-442

_____. A Terra Indígena Vale do Javari e a Fronteira Peruana. CTI, 2006b. Manuscrito. Disponível: http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/NascimentoH_A-Terra-Ind%C3%ADgena-Vale-do-Javari-e-a-Fronteira-Peruana.pdf. Acesso Mar. 2013.

OCTAVIO, Conrado R. & AZANHA, Gilberto. **Isolados** - algumas questões para reflexão. Brasília, CTI, 2009

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1988.

OS MATSÉS eram assim. Produção de Delvair Montagner. Brasília: CPCE, UNB. Outubro 1996. VHS. 39min.

REESINK, Edwin. “À procura da mina: observações sobre a “PETROBRÁS” na Amazônia Ocidental”. In: Magalhães, Sônia Barbosa. Brito, Rosyan Caldas. Castro, Edna Ramos de. (orgs.). **Energia na Amazônia**, Vol.II. Belém, MPEG, UFPA, UNAMAZ, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. O processo histórico da Amazônia. In: Gen. Afonso Augusto de Albuquerque Lima; Prof. Orlando Valverde, e outros. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971 (Col. General Benício, v.90, publ. 415).

REIS, Rodrigo. **Os Matsés e as Fronteiras: conflitos, territorialização e a construção de uma identidade transfronteiriça**. Dissertação de Mestrado, PPGA/UFPE, 2013.

ROMANOFF, S. **Matsés Adaptations in the Peruvian Amazon**, Ph.D. Dissertation, Columbia University, New York, 1984.

SANTOS, F. & BARCLAY, F. (eds.). **Guía Etnográfica de la Alta Amazonía**, Vol. 2. Quito: FLACSO- Ecuador/IFEA, 1994.

STETSON, G. Oil Politics and Indigenous Resistance in the Peruvian Amazon: The Rhetoric of Modernity Against the Reality of Coloniality. **The Journal of Environment & Development**, 21(1), 76–97, 2012.

TOWNSLEY, Graham. Los Yaminawa. In: SANTOS, F. & BARCLAY, F. (eds.). **Guía Etnográfica de la Alta Amazonía**, Vol. 2. Quito: FLACSO- Ecuador/IFEA, 1994.